

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVINI – 2022.

Às catorze horas do dia vinte e dois de fevereiro do ano de 2022 compareceram para a segunda reunião referente ao corrente exercício, atendendo a convocação realizada pelo Presidente do Comitê de Investimentos - COMIN, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, devidamente publicada nos atos oficiais do Município, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do PREVINI, de acordo com o estabelecido no art. 98 da Lei Municipal 4419/2014 e em atendimento ainda a Portaria 022/2022, de 31 de janeiro de 2022: Sr. Eduardo de Oliveira, Sr. Leonardo de Faria Torres, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, Sra. Andrea Ribeiro Rodrigues e Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, para deliberarem, em reunião ordinária e em atendimento ao que dispõe o art. 99 da Lei Municipal 4419/2014, sobre a pauta a seguir: **a) ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** Este item tem como base o relatório emitido pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA, referente ao mês sob verificação, o qual será anexado a esta ata. Feita a análise conjunta pelos componentes do COMIN foi verificado por todos que o fundo Itaú Institucional FI RF Referenciado DI está fora de enquadramento, devendo ser reduzida a alocação sobre o mesmo ao teto de 20% de todo o patrimônio. **b) ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DO PREVINI:** Sobre este item foram apresentados documentos emitidos pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., empresa que presta consultoria ao Instituto, demonstrando a composição da carteira, o enquadramento já citado no item "a" de acordo com a Resolução 3922/2010 e a Política de Investimentos, a distribuição dos recursos do Instituto, consulta rentabilidade e risco da carteira e o resultado das aplicações financeiras após as movimentações. O primeiro documento, que demonstra a composição da carteira, ilustra o capital total aplicado no valor de R\$ 4.219.572,09 (quatro milhões duzentos e dezenove mil quinhentos e setenta e dois reais e nove centavos), demonstrando um acréscimo patrimonial de aproximadamente 0,8643% (zero vírgula oito mil seiscentos e quarenta e três décimos de milésimo por cento) em relação ao valor disposto no mês anterior, que era de R\$ 4.183.414,31 (quatro milhões cento e oitenta e três mil quatrocentos e quatorze reais e trinta e um centavos). A tela de sistema referente ao enquadramento à Resolução 3922/2010 e à Política de Investimentos aponta que do total aplicado, 94,82% (noventa e quatro vírgula oitenta e dois por cento) estão alocados em renda fixa e 5,18% (cinco vírgula dezoito por cento) estão alocados em renda variável. O documento referente ao retorno e meta atuarial demonstra um retorno de R\$ 36.157,82 (trinta e sete mil cento e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos), referente a 0,86% (zero vírgula oitenta e seis por cento) de rentabilidade, resultando em 92,82% (noventa e dois vírgula oitenta e dois por cento) de atingimento de meta atuarial no ano. Foi apresentado pela Sra. Márcia, Chefe da Contabilidade, valores referentes as receitas, no total de R\$ 15.036.025,69 (quinze milhões trinta e seis mil vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), e as despesas, sendo R\$ 14.889.951,09 (catorze milhões oitocentos e oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e um reais e nove centavos) referente a despesa com folha de benefícios e R\$ 526.067,38 (quinhentos e vinte e seis mil sessenta e sete reais e trinta e oito centavos) referente a despesas administrativas. **c) DA EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO RPPS:** Da análise da execução do orçamento podemos observar que orçamento inicial, no valor de R\$160.176.397,75, suplementado em R\$40.411.200,00, anulado em R\$2.635.200,00, bloqueado em R\$49.155,41, empenhado R\$196.753.678,10 e o disponível R\$1.149.564,24. **d) ASSUNTOS DIVERSOS:** Iniciadas as discussões dos assuntos diversos foi realizada breve análise do cenário macroeconômico, com enfoque inicial na inflação, crescimento do PIB e taxa de juros, tomando por base o relatório de mercado Focus do Banco Central do Brasil de 18 de fevereiro de 2022. De acordo com o relatório, observamos uma perspectiva de melhora no cenário inflacionário para o ano que se inicia. Da leitura daquele documento nota-se que a expectativa para a inflação medida pelo IPCA para ano sofreu significativa redução, passando para 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento), ante fechamento de 10,06% (dez vírgula zero seis por cento) no ano de 2021. No que tange ao crescimento do PIB, as perspectivas não são animadoras,

demonstrando uma expectativa de crescimento de meros 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento) contra 0,30% (zero vírgula trinta por cento), ou seja, indicando quase que uma estagnação econômica. Já a taxa Selic foi revista para 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) para o fim do período. Voltando a carteira de investimentos deste Instituto de Previdência importante destacar resultados individualizados dos fundos que compõem nossa carteira, possibilitando maior nitidez sobre o ocorrido no período, iniciando essa análise sobre o fundo Itaú Institucional FI Renda Fixa Referenciado DI (CNPJ 00.832.435/0001-00), que teve um retorno de 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento), que somou R\$ 11.305,54 (onze mil trezentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos); Itaú Institucional IMA-B 5 FIC Renda Fixa (CNPJ 09.093.819/0001-15), com retorno de 0,10% (zero vírgula dez por cento), que somou R\$ 454,06 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos); BB IMA-B 5 FIC Renda Fixa Previdenciário LP (CNPJ 03.543.447/0001-03), com retorno de 0,08% zero vírgula zero oito por cento), que somou R\$ 113,74 (cento e treze reais e setenta e quatro centavos); Itaú Institucional Alocação Dinâmica FIC Renda Fixa, com retorno de 0,52% (zero vírgula cinquenta e dois por cento), que somou R\$ 1.380,53 (mil trezentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos); BB IRF-M Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário (CNPJ 07.111.384/0001-69), com retorno de -0,13% (menos zero vírgula treze por cento), que resultou em R\$ -271,21 (menos duzentos e setenta e um reais e vinte e um centavos); Itaú Institucional IRF-M 1 FI Renda Fixa (CNPJ 08.703.063/0001-16), com retorno de 0,64% (zero vírgula sessenta e quatro por cento), que somou R\$ 4.721,08 (quatro mil setecentos e vinte e um reais e oito centavos); Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos FI Renda Fixa (CNPJ 10.740.670/0001-06), com retorno de 0,61% (zero vírgula sessenta e um por cento), que somou R\$ 4.782,63 (quatro mil setecentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos); Caixa Dividendos FI Ações (CNPJ 05.900.798/0001-41), com retorno de 7,24% (sete vírgula vinte e quatro por cento), que resultou em R\$ 10.777,27 (dez mil setecentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos); e Itaú Institucional Phoenix FIC Ações (CNPJ 23.731.629/0001-07), com retorno de 5,16% (cinco vírgula dezesseis por cento), que resultou em R\$ 2.894,14 (dois mil oitocentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos). Como pode ser observado, os fundos, em quase sua totalidade, rentabilizaram de maneira positiva, levando a um resultado satisfatório no período nesse primeiro período do exercício. Passando à análise do cenário macroeconômico, tomamos por base na presente análise o Estudo Econômico elaborado pelo Banco do Brasil e o Panorama Econômico da Consultoria Crédito e Mercado (cujas íntegras seguirão anexadas à presente ata). Discorrendo sobre os pontos mais relevantes da análise macro, o Estudo Econômico do BB assim conclui: "Em resumo, o presente estudo apresenta a conjuntura macroeconômica recente e as perspectivas para nosso cenário base, destacando a maior deterioração do ambiente interno e externo. No ambiente externo, além de uma preocupação com a variante Ômicron, que apresentou números surpreendentes de infectados no último mês, estamos diante de uma conjuntura internacional que sugere uma desaceleração global. A inflação recorde nos EUA em 2021 (7,0%) levou a um discurso mais duro por parte do FED e nos caminhos da política monetária na maior economia do mundo, em especial quanto à expectativa de aumento dos juros, pressionando as condições financeiras e retraíndo a liquidez internacional. No ambiente doméstico, em que pese esperarmos impactos menores ligados à pandemia, temos relevantes preocupações com o desempenho da atividade econômica, recuperação do mercado de trabalho e com o contexto fiscal. Adicionalmente, o cenário inflacionário deve levar a taxa Selic a 12,25% a.a., de modo que as condições financeiras por aqui tendem a permanecer em patamares contracionistas durante todo o ano de 2022." De acordo com o Panorama Econômico da Consultoria Crédito e Mercado, vislumbra-se o seguinte cenário: "No Brasil, a expectativa divulgada no Boletim Focus mais recente é de que o PIB cresça apenas 0,30% em 2022. Além disso, o mercado prevê novas altas na taxa Selic para as próximas reuniões do Copom, podendo chegar a 12,25% até o fim do ano, afim de conter os avanços da inflação. Dessa maneira, a quantidade de investidores estrangeiros no país tende a aumentar tendo em vista as possibilidades dos mesmos capturarem rentabilidades nos títulos brasileiros. A expectativa para 2022 é de que os preços das commodities e as taxas de câmbio tendem a se estabilizar, o que impacta diretamente nas exportações brasileiras. A preocupação com o

quadro fiscal, o grave endividamento do país, segue sendo um tema de preocupação, principalmente devido as manobras do governo para ampliar o teto de gastos. Outro fator que tende a trazer um cenário mais desafiador é a antecipação da corrida eleitoral, onde há uma expectativa de alta polarização entre os candidatos à presidência. Sendo assim, permanece a recomendação de cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter ainda sem desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Sobre a nossa ótica, mantivemos a não recomendação de fundos de longuíssimo prazo (IMA-B 5+ E IDKA 20A), 5% em fundos de longo prazo (IMA-B TOTAL E FIDC/ CRÉDITO PRIVADO/ DEBÊNTURE) e 30% em fundos Gestão Duration. Diante da expectativa de alta na taxa de juros fundos atrelados ao CDI tendem a ter bom desempenho, indicamos uma maior porcentagem de exposição em fundos de curto prazo (CDI), que agora passa a ser 15%, enquanto os fundos de médio prazo, passam a representar 10% de acordo com a nossa alocação tática. Em relação aos fundos pré-fixados, não recomendamos a estratégia, pois diante da expectativa de alta na taxa de juros o desempenho destes fundos tende a ser afetado. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (IRFM1, IDkA IPCA 2A). Já para os títulos públicos, seguindo nossa ótica e diante das seguidas elevações na taxa de juros demonstram ser uma boa oportunidade. Recomendamos que a exposição seja feita primeiramente utilizando a marcação à mercado, e posteriormente quando atingindo o valor esperado, seja feita a transferência para marcação na curva. Uma alternativa que vem se mostrando forte nos últimos tempos, e que possui boa expectativa, é a diversificação em fundos de investimento no exterior, recomendamos primeiramente a exposição em fundos com hedge com 5% para posteriormente realizar uma entrada gradativa em fundos que não utilizam hedge cambial também com 5%. Quanto a fundos de ações atrelados a economia doméstica recomendamos a entrada gradativa de modo que o investidor fique atento a oportunidades da bolsa de valores, construindo um preço médio mais atrativo. Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão.” Diante do cenário para o ano de 2022, que pouco se alterou em relação à nossa última reunião, sendo destaque a expectativa de aumento nas taxas de juros, seja no Brasil como no exterior, bem como o momento de volatilidade em razão do período eleitoral e possíveis conflitos militares na Rússia, o Comitê de Investimentos propõe a manutenção da carteira, sempre passível de pequenos ajustes, mormente se considerarmos que com o aumento da taxa de juros podemos ter resultados mais positivos nos fundos de renda fixa, que compõe quase que a totalidade do patrimônio investido atualmente. Por fim, submetemos a presente ata à apreciação dos membros membros do Conselho Fiscal do PREVINI. E como ninguém mais quis fazer uso da palavra o Secretário do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo de Oliveira, encerrou a reunião e lavrou a respectiva ata que, após lida e aprovada, vai assinada por todos.

Marcello Raymundo de Souza Cardoso
Presidente

Eduardo de Oliveira
Secretário

Andréa Ribeiro Rodrigues
Componente

Fabício Martins Carvalho da Silva
Componente

Leonardo de Faria Torres
Componente